

HABEAS CORPUS Nº 515.461 - TO (2019/0168229-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
HERO FLORES DOS SANTOS - TO000424B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : NATHANAEL ANDERSON DE SOUZA SILVA FERNANDES
(PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NATHANAEL ANDERSON DE SOUZA SILVA FERNANDES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (convertida a custódia em prisão preventiva) pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 155, § 4º, inciso IV e art. 157, § 2º, II, ambos do Código Penal, c/c o art. 244-B do ECA.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada (e-STJ fls. 109/113).

Na presente oportunidade, a defesa sustenta, em síntese, a ilegalidade da segregação cautelar, ante a ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva e dos motivos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ressaltando que a gravidade abstrata do delito, dissociada de elementos concretos presentes nos autos, não pode servir como fundamento para a decretação da medida constritiva.

Destaca, ainda, que o paciente reúne condições subjetivas favoráveis ao pleito de liberdade, não devendo se descartar, por fim, o cabimento e suficiência de medidas cautelares menos gravosas que a prisão.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, o afastamento da prisão preventiva, com a expedição do respectivo alvará de soltura, e,

subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, conforme destaca o acórdão impugnado (e-STJ fl. 111):

(...) a vítima (K. G. D. M.) declarou perante a autoridade policial ter reconhecido o veículo automotor e os supostos agentes. Além disso, informou que os criminosos subtraíram mediante violência e grave ameaça o telefone celular Moto Z 2 Play, tendo sido agredida pelo paciente com chute na região abdominal, deixando a mesma caída no chão, momento em que conseguiu anotar a placa do veículo como sendo OLH-0344.

Ademais, não se desconsidera o envolvimento de adolescente na conduta atribuída, bem como a prática seguida de dois delitos contra o patrimônio, aliando-se a isso a existência de uma execução penal em curso contra o paciente, circunstâncias que evidenciam o risco de reiteração delitiva, conforme narrado às e-STJ fls. 89/90.

Assim, em princípio, e sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, a decisão impugnada encontra suporte na gravidade concreta do delito em questão e na periculosidade do agente. Nesse contexto, *segundo a orientação desta Corte e do colendo STF, o modus operandi do delito justifica o decreto cautelar de prisão, quando revela a especial periculosidade dos envolvidos* (RHC n. 54.138/PE, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO – Desembargador Convocado do TJ/PE –, Quinta Turma, julgado em

19/3/2015, DJe 14/5/2015).

Lado outro, eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade e bons antecedentes, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *mandamus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator